

CONFISSÃO E (DES)LEGITIMAÇÃO DO VOTO NA #HAMASVOTEINOHADDAD: MAPEAMENTO ELEITORAL COMO RESISTÊNCIA

Amanda da Silva Duarte¹

A problemática territorial do Brasil pode ser pensada a partir de sua diversidade e extensão, de forma que as demandas resultantes de disputas entre grupos identitários se apresentam, por exemplo, na luta indígena pela terra (QUINTANA; SOUZA; SANTOS, 2019), nas reivindicações do Movimento Sem Terra (MST), nas ações divisionistas², na delimitação do que é urbano e o que é rural, dentre outras articulações sociais. Em escala regional, observamos que os habitantes do Centro-Oeste, do Norte, do Nordeste, do Sul e do Sudeste, distribuição vigente no século XXI, são caracterizados por *discursos estabilizados* (PÊCHEUX, 2015) que os enquadram ou não em padrões predefinidos – como é o caso das falas sobre o “jeitinho brasileiro”, o “carioca como ladrão” ou o “baiano como preguiçoso”.

Cientes de tal historicidade, visamos problematizar, sob a Análise de Discurso (AD) de orientação francesa, o engajamento dos internautas na #hamasvotinho³ no Twitter. Observando o papel das mídias na cobertura das eleições e refletindo acerca da utilização das redes sociais como instrumento de debate político em 2019, no novo governo, propomos a seguinte pergunta: é possível pensar que o processo de territorialização dos brasileiros também se marca como um fenômeno em rede, tal como essa forma de fazer política no país?

No segundo turno do pleito presidencial de 2018, constituído pelo embate entre Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), percebemos que o país foi ressignificado sob o uso de caracteres de ordem separatista, configurando convívios e confrontos dentro e fora da rede: a #elenão, contra Bolsonaro, e a #elesim, a favor do candidato. Na época, mais do que por parcelas de terra, o território, excedendo seus limites cartográficos, era qualificado conforme os habitantes que abrigava – eleitores de Haddad, de Bolsonaro, ou quem não se identificava com nenhum dos candidatos.

Após a posse do novo chefe de estado, quando a agenda oficial contemplou os compromissos internacionais de início de mandato, a comitiva brasileira, na ocasião de sua passagem por Israel, revestiu-se de uma *política de silêncio* (ORLANDI, 2015) nos atos simbólicos de quebra do efeito de neutralidade em

¹ Discente do curso de Letras Português e Espanhol da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e voluntária em Projeto de Iniciação Científica (PIVIC), sob a orientação da Profa. Dra. Elaine de Moraes Santos.

² O movimento divisionista faz referência ao processo de separação do Mato Grosso para a criação de um novo Estado, denominado Mato Grosso do Sul, empreendido entre 1889 e 1979.

³ A #hamasvotinho passou a circular no Twitter em abril de 2019.

relação ao conflito político-religioso daquela área. Através do *silêncio constitutivo* (ORLANDI, 2015), ou seja, daquilo que é recuperado do não-dito, a visita ao Muro das Lamentações e a tentativa de mudança da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém provocaram uma ruptura com as políticas de relações internacionais esperadas dos representantes estatais que visitam o local. Superando as especificidades regionais relatadas, o embate entre sujeitos políticos, a manifestação do grupo Hamas⁴ – com uma carta-crítica pedindo retratação do governo brasileiro – e a publicação de Flávio Bolsonaro⁵ no Twitter, desejando que o grupo se (auto)explodisse, destituíram a opacidade dos discursos territoriais.

Na perspectiva pecheuxiana, o discurso não deixa de ser afetado por memórias sócio-históricas, mas compreende, também, a atualidade do sujeito que enuncia, possibilitando “efeitos de identificação” (PÊCHEUX, 2015, p. 56) e se desvinculando de uma interpretação determinada antecipadamente pelas *Formações Discursivas*⁶ (ORLANDI, 2015) – doravante FDs – às quais pertence. É preciso ressaltar que a memória discursiva, na esteira do autor, é concebida como sendo um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56). No rol desse movimento, nosso gesto de interpretação manifesta-se no batimento entre as FDs da *hashtag*, comportando seus deslizamentos de sentido, e as filiações ideológicas dos enunciados.

Situando o *arquivo*, com Pêcheux (2015), como um espaço documental disponível sobre determinado assunto, ou sua fluidez e não-linearidade em rede, com Dias (2005), adotamos como critério de seleção os tuítes com mapas do Brasil anexados à *#hamasvotoinhaddad*, recortando, dentre eles, duas Sequências Discursivas (doravante SDs) que perfazem o campo das regularidades presentes na *hashtag*. Metodologicamente, a interpretação do discurso imagético de nossas SDs, em conformidade com Indursky (2019, p. 193), “se dá no ponto de encontro de uma atualidade, representada imageticamente, e uma memória discursiva pré-existente, já em circulação, a qual pode estar representada tanto por discursos prévios verbais como não-verbais”, dadas as particularidades do *corpus* selecionado.

O engajamento dos sujeitos, pelo *esquecimento ideológico*⁷ (ORLANDI, 2015), nos princípios da difusão da *#hamasvotoinhaddad* no Twitter, traçou novos sentidos promovidos pelas próprias condições de produção da *hashtag*: a crescente tensão interterritorial no país, as oposições políticas e as publicações na rede social. Com um funcionamento próprio, a materialidade do Twitter evoca meios diferentes de interpretar o discurso. Além de ferramentas de engajamento como a publicação de tuítes, as respostas, as

⁴O Movimento de Resistência Islâmica Hamas é um grupo político, criado em 1987, que atua na Faixa de Gaza e é contrário a Israel.

⁵Flávio Bolsonaro, filho mais velho de Jair Bolsonaro, foi eleito senador do Rio de Janeiro e iniciou seu mandato em 2019. Além disso, ele foi um dos membros que integrou a comitiva brasileira na viagem para Israel. Assim como o pai, Flávio também utiliza as redes sociais como principal espaço de promoção de sua atuação política.

⁶Orlandi (2015, p. 41) define Formação Discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

⁷Segundo Orlandi (2015, p. 32), o esquecimento ideológico ou esquecimento número um é “da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes”.

menções, o retuites e o curtir, há, ainda, a possibilidade de buscar resultados para verificar/participar (d)os assuntos do momento a níveis local e mundial. As manifestações nessa rede social, conforme Silveira (2015, p. 104), são enunciadas por sujeitos e mobilizadas por sentidos *ordinários* que “se constituem pela própria existência material de ambientes como o Twitter e de instrumentos tecnodiscursivos“. Assim, tal espaço de discursivização propicia que dizeres antes não-legitimados por vias formais passem, ao menos, à esfera da visibilidade.

Localizado o papel da mídia alternativa analisada, neste texto, sob a forma do Twitter, e a inserção dos sujeitos nela, voltamo-nos ao funcionamento das *hashtags*. A principal diferença entre a circulação delas e a dos enunciados livres sobre os assuntos do momento, ao nosso ver, aloca-se na especificidade com que abrangem determinado acontecimento. Constituindo-se como um passo-além em comparação aos demais temas presentes nos *Trends Topics*, as *hashtags* podem se apresentar tanto como um modo de indexação de publicações a um mesmo tópico, quanto produzir palavras/frases muito utilizadas devido às proporções que elas alcançaram na rede. Ao admitir a dimensão discursiva das *hashtags*, Silveira (2013) indica a aproximação entre as memórias discursivas e metálicas, isto é, entre sua historicidade e a quantidade de replicações que recebeu. Levando em conta, com Indursky (2019), que as imagens também mobilizam *já-ditos*, as SDs I e II de nossas análises reativam o mapeamento publicado pela mídia durante as eleições de 2018:

SDI – mapeamento eleitoral



SDII – mapeamento eleitoral



Fonte: Arquivo próprio

Nas SDs, além de alcançar engajamentos suficientes para atingir uma posição de visibilidade no Twitter, a #hamasvotoinhaddad produz efeitos de confissão e (des)legitimação de votos. Segundo Foucault (2018, p. 69), a confissão “é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem [...] a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar”. No contexto (supostamente) bélico em questão, isso se demonstra na estrutura enunciativa da “tag”, com o verbo na primeira pessoa do pretérito perfeito, indicando uma tentativa de escape, pela confissão, daquele que se identificava em uma dupla posição de “exposição ao perigo”: primeiro, por se assumir midiaticamente como oposição ao governo; segundo, porque, afirmando ao Hamas que não havia votado em Bolsonaro para ser poupado do ataque, o internauta deixa explícita uma concepção de que o grupo é uma ameaça – o que justifica o temor tanto quanto expõe.

Na primeira SD, o internauta divide o mapa entre as cores vermelha e verde, apaga as legendas da imagem original, adicionando-as somente no início de sua postagem, e afirma que os estados em que Haddad ganhou estão em vermelho; e os de Bolsonaro, em verde – interferindo diretamente no modo como ela produz sentidos na publicação. Conforme Pêcheux (2015, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”, dando lugar à interpretação. Diante dessa possibilidade, vemos que, em um contexto eleitoral, as cores que estabilizadamente diferiam o(s) vencedor(es) do(s) perdedor(es) retomam significâncias.

Já em 1964, ano do golpe militar no Brasil, a oposição entre verde e vermelho designou, respectivamente, o patriotismo publicizado pelos grupos de direita e o “perigo” comunista que se atribuía à esquerda. Acerca de um contexto mais recente, analisando os protestos de 2015 contra o governo de Dilma Rousseff, Indursky (2016) assinala que, por uma distinção ideológica, os apoiadores da presidenta vestiram vermelho, e os opositores usaram verde. Em 2018, ano eleitoral, vimos novamente a emergência de discursos ditos “anticomunistas”, alinhados ideologicamente à ascensão de uma extrema direita e mobilizando o enunciado “nossa bandeira jamais será vermelha”. Não raramente, eram visíveis, nas caravanas pró-bolsonaro, sujeitos utilizando a camiseta da seleção de futebol sob a prerrogativa de banir a “ameaça comunista” no país. Tratava-se de estampar, no corpo, a apropriação das cores da bandeira do Brasil como associada à sigla direitista em maior destaque naquele momento: o PSL.

Nos três movimentos políticos mencionados, entendemos que as cores vermelho e verde direcionam, então, para a adesão a uma ou a outra FD, como se não houvesse lugares de dispersão alternativos. Considerando as divergências das línguas utilizadas pelos tuiteiros brasileiros e pelo grupo Hamas, além do apagamento das legendas e dos sentidos estabilizados presentes no tuíte, vemos como as cores em jogo deslizariam para: a) o vencedor e o perdedor, o inocente (em verde) e o culpado (em vermelho), quem pode viver e quem deve morrer; b) os eleitores do PT e do PSL, isto é: os inocentes (por não terem votado em Bolsonaro) e os culpados (por votarem), quem pode viver e quem deve morrer.

Além das marcações territoriais, o sujeito insere, na legenda, um *emoji* de rosa ligado ao nome de Haddad; um de foguete, ao de Bolsonaro, e o faz afirmando: “não custa lembrar ao mundo, vai que...”. A

nosso ver, a figura da rosa, aliada ao seu teor de delicadeza, pode acionar memórias bélicas icônicas na história mundial, a exemplo da poesia “Rosa de Hiroshima” – musicada por Vinicius de Moraes – que associa uma flor à explosão, ou mesmo, pode fazer erigir ditos de senso comum tão típicos de contextos de batalha: “rosas/flores eu dou para mortos”. Já a presença do foguete, além de espelhar a simbologia dos tradicionais ataques aéreos, de que o Hamas poderia se valer para ferir as pessoas-alvo, também significa o avanço, o crescimento ou a atualização – argumentos bastante adotados na campanha de Bolsonaro, como matérias-primas de um discurso antipetista, qual seja: centrado no combate à corrupção e na recuperação do Brasil.

A SDII, por sua vez, passou a circular após o segundo turno das eleições e voltou ao Twitter, durante a #hamasvotainhaddad, destacando a região do Nordeste e dois pontos no Sul do país. Com a divulgação dos resultados do pleito presidencial pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enunciados como “Haddad ganha no Nordeste; e Bolsonaro, nas demais regiões do país”⁸, exemplares da relação corpo político-midiático e território, no período, ganharam notoriedade nas redes. Recobrando *memórias* (PÊCHEUX, 2007) que derivam das políticas públicas do governo petista, o povo nordestino, principalmente, foi caracterizado como incapaz de votar e como dependente dessas ações governamentais, uma vez que depositou a maioria de seus votos em Haddad.

No enunciado da SDII, decorrente dessa problemática de 2018, o tuiteiro afirma que “o nordeste votou em massa no @haddad_fernando, mas eu e minha família perdida no sul, não carregamos a culpa. #hamasvotainhaddad”. As derivas de significação produzidas pelo emprego da conjunção adversativa “mas” exclui o tuiteiro e sua família do voto em massa em Fernando Haddad, como contraposição ao resultado do Nordeste, já que a presença do “Sul” aponta para a vitória de Bolsonaro na região. Na imagem, as cores vermelhas, como na SDI, remetem a uma filiação de esquerda quando se alia à maior área realçada – o Nordeste. É, portanto, pelo batimento entre o enunciado verbal, na descrição da postagem, e a foto apresentada, que a ideia de “culpa” pode assumir, no acontecimento em questão, pelo menos duas significações: a) nós não votamos como os nordestinos, então não carregamos a culpa de votar novamente no PT; e b) nós votamos como os nordestinos, não somos culpados pela eleição de Bolsonaro.

No interior desse movimento, ainda, o internauta reclama a sua existência com a inclusão de novos pontos no mapa, especificamente no Sul. Se, segundo Indursky (2013, p. 280), “em uma comunidade, há sempre uma parcela dos que não são contados”, esse sujeito reivindicava o desejo de obter o mesmo tratamento dispensado ao Nordeste, caso acontecesse uma guerra, tendo em vista que as apurações referentes à sua região assumiram caráter homogêneo na mídia, isto é, eram observadas apenas do ponto de vista da maioria dos votos válidos, destituindo de representatividade qualquer percentual de dispersão.

A tendência ao silenciamento de algumas vozes para o ecoar de outras é recorrente no âmbito do discurso. Por se constituir junto do sentido, o sujeito, ao se filiar em uma FD, segundo Orlandi (2007, p. 76,

⁸Conforme conteúdo disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/29/haddad-ganha-no-nordeste-e-bolsonaro-nas-demas-regioes-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2019.

grifos da autora), é proibido de “ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proibem-se certas ‘posições’ do sujeito” pelas vias da censura. Em face a essa interdição, por não pertencerem ao que Indursky (2013) denomina de *cena-comum*, os sujeitos forjam *cenhas-outras* a fim de que suas demandas sejam disseminadas – como nos espaços das redes sociais. Na falha e nos deslizes desse acontecimento, os internautas retornaram ao passado, resgataram imagens como um meio de proteção, de contra-ataque ou de (des)legitimação do voto, e as ressignificaram, enquadrando-as em um espaço com três pautas centrais: a crítica ao governo, a punição de determinados corpos e a luta pela sobrevivência.

Ao voltar à pergunta proposta inicialmente – é possível pensar que o processo de territorialização dos brasileiros também se marca como um fenômeno em rede, tal como essa forma de fazer política no país? – parece-nos que a territorialização dos sujeitos assume dimensões ilimitadas quando circula com a velocidade inerente ao domínio dos caracteres. Na #hamasvotoinhaddad, isso ocorre de dois modos: i) pelas divisões histórico-espaciais existentes no Brasil, seu mapeamento nos tuítes e a designação dos indivíduos a partir disso; ii) por meio da própria existência dos assuntos do momento/*hashtags*, pois, ainda que fronteiras, limites ou divisas estejam presentes nas FDs pelos assuntos aos quais os sujeitos se engajam ou não, nem todas as participações foram de apoiadores do Haddad/PT/esquerda (possibilitando/impondo a passagem por esse território, mesmo a quem não pertencia a ele).

No limiar do processo analisado, portanto, vemos que houve uma quebra na representação nacional unificada, reforçada pela figura do chefe de estado e por seus posicionamentos. Posto que suas ações foram discordadas em rede, as identidades regionais e locais se erigiram no Twitter como resistência a discursos hegemônicos. Além disso, entendemos que a metáfora bélica recupera memórias do período eleitoral – enquanto confirmação da escolha realizada nas urnas ou (des)legitimação do sujeito votante – determinando, por si só, os corpos que poderiam continuar a viver e os que deveriam morrer.

REFERÊNCIAS

- DIAS, C. P. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à sede de sentidos. In: GUIMARÃES, E.; PAULA, M. R. (Orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005, p. 41-56.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- INDURSKY, F. *O discurso do/sobre o MST: movimento social, sujeito, mídia*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- INDURSKY, F. O ideológico e o político no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 277-293.
- INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLLETO, E.; DI NARDI, F. S. (Orgs.). *Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2016, p. 65-88.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* 7ª ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. *et al. O papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, p. 49-57.

QUINTANA, M. I.; SOUZA, A. B. S. B.; SANTOS, E. M. Fronteiras culturais e identitárias: análise da manifestação de discursos de ódio em comentários no Twitter. *Anais do Seminário de Estudos da Linguagem*. v. 5. n.1. Cascavel: UNIOESTE, 2019, p. 1-15.

SILVEIRA, J. *Rumor(es) e Humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter*. 200f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Letras, Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SILVEIRA, J. Análise discursiva da hashtag #onagagné: entre a estrutura e o acontecimento. *Anais do VI SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2013, p.1-7.